

ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EDUCACIONAL(AEE) SOB À LUZ DOS CURRÍCULOS ESCOLARES NO ENSINO BÁSICO

SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE (AEE) IN THE LIGHT OF SCHOOL CURRICULARS IN BASIC EDUCATION

Iolanda Rodrigues moura*

Franceliza Monteiro da Silva Dantas**

RESUMO

É mister afirmar que, a discussão sobre currículo é bastante usada para reflexões a fim de se obter um melhor resultado na área educacional, porém essa prática se amplia quando o assunto é Atendimento Educacional Especializado (AEE). Por esta motivação, o trabalho se construirá sob a luz dos currículos escolares e a correlação com as metodologias adotadas em salas de aula, com o objetivo de analisar como a AEE é tratada nesses. Para realização deste estudo, a revisão bibliográfica será feita com o auxílio de obras, Leis, documentários etc. que tenham embasamentos teóricos para esta produção científica. A pesquisa dividiu-se da seguinte maneira: revisão de literatura minuciosa, a abordagem é qualitativa, a natureza da pesquisa é básica, os estudos são descritivos e exploratórios. a investigação dividiu-se em cinco capítulos: introdução, referencial teórico, metodologia, discussões e resultados obtidos e conclusão. Ainda é exitoso tratar sobre AEE e currículos escolares, também algumas definições e suas alterações ao longo dos anos, pois norteará o tema no tempo e no espaço o que corroborará com o entendimento desse

Palavras-chave: Atendimento Especializado Educacional. Currículos. Ensino. Educação.

ABSTRACT

It is necessary to state that the discussion about curriculum is widely used for reflection in order to obtain better results in the educational area, but this practice is expanded when the subject is Service Educational Specialized (AEE). For this motivation, the work will be constructed in the light of school curricula and the correlation with the methodologies adopted in classrooms, with the aim of analyzing how AEE is treated in them. To carry out this study, a bibliographical review will be carried out with the help of works, laws, documentaries, etc. that have a theoretical basis for this scientific production. The research was divided as follows: thorough literature review, the approach is qualitative, the nature of the research is basic, the studies are descriptive and exploratory. the investigation was divided into five chapters: introduction, theoretical framework, methodology, discussions and results obtained and conclusion. It is still successful to deal

*Graduada em gestão pública e Letras com habilitação em língua portuguesa; Mestre em Ciências da Educação; e-mail: ioferreira12@hotmail.com.

** Doutora em Estudos da Linguagem pelo PPGEÇ/UFRN; Mestra em Ensino de Ciências e Matemática pelo PROFMAT/UFRN; Especialista em Psicopedagogia pela UVA/FVJ; Graduada em Letras pela UERN e Professora do PROFMAT/UFERSA; e-mail: francedantas@ufersa.edu.br

with AEE and school curricula, as well as some definitions and their changes over the years, as it will guide the topic in time and space, which will corroborate the understanding of this

Keywords: Specialized Educational Service. Resumes. Teaching. Education.

1 INTRODUÇÃO.

Antes de tudo, é viável buscar alguns marcos teóricos sobre currículo para que o assunto que tem como título: Atendimento Especializado Educacional (AEE) sob a luz dos currículos escolares no Ensino Básico seja contextualizado, e, assim, facilitar a leitura e a aquisição do conhecimento acerca do assunto, ora pesquisado.

A história do currículo, em comparação com outros temas, não é um fato já saturado e vetusto, em 1970, se deu alguns estudos de maior relevância nos estados Unidos da América, nos últimos cinquenta anos, o referido assunto tem, persistentemente sendo mais discutido nos universos acadêmicos.

No cenário brasileiro, a investigação sobre currículo tem um pouco mais de vinte anos de estudo sistematizado, no entanto, aumentou significativamente, a quantidade de trabalhos produzidos. A busca pelo termo história do currículo no Google Acadêmico e outros sites de busca retornou mais de 2.500 resultados, dos quais aproximadamente 40% foram publicados nos últimos cinco anos. As principais revistas científicas que divulgam a produção brasileira em história do currículo são: Revista Brasileira de Educação, História da Educação e Currículo sem Fronteiras, isso tudo há onze anos atrás. (Fonseca *et al.*, 2013).

Hodiernamente, há cerca de 182 mil resultados sobre o tema, dentre este, contabilizou-se mais de 15 mil relacionados à educação especial e a possibilidade de flexibilizar não só a prática docente, mas também, a própria grade curricular e promover a inclusão da teoria à prática.

Outrossim, o foco deste trabalho é analisar como a AEE é tratada dentro dos currículos escolares, para isso buscou-se a conceituação de termos relevantes à compreensão da temática; correlacionar currículo e AEE e buscar algumas bases legais sobre toda a investigação científica exposta nesta pesquisa.

Desta forma, o tratamento deste tema é aconselhável, pois trata-se da base educacional, diretiva que visa a formação efetiva e eficaz do educando, além de propiciar

a gestão a nortear sua equipe sobre as metodologias que poderão ser adotadas na escola, sempre com foco na aprendizagem do aluno (a). Além disso, o currículo possibilita a reunir disciplinas a serem implementadas; ajuda aos alunos(as) a enfrentar problemas desafiadores; determina a carga horária das disciplinas e auxilia a prática docente; permite a consideração do contexto escolar no qual os indivíduos estão inseridos; aborda aspectos sociais e culturais que corroboram para uma prática pedagógica humanizada.

A metodologia utilizada para construção deste artigo é de cunho bibliográfico, abordagem qualitativa e sua realização só se tornou possível, devido a um método sistematizado desde a escolha do tema até a conclusão, utilizou-se várias obras literárias, entrevistas televisionadas, documentários e alguns princípios que regem os currículos escolares e a relação com o AEE entre eles.

O próximo capítulo se encarregará de fazer algumas definições pertinentes ao tema da pesquisa, expor algumas bases legais e/ou princípios normativos que direcionam os currículos escolares e explicitar algumas definições que facilitarão o entendimento desse estudo, especificamente correlacionado a AEE.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

É importante tratar sobre AEE e currículos escolares, bem como, também, de algumas definições e suas alterações ao longo dos anos, pois norteará o tema no tempo e no espaço o que corroborará com o entendimento desse, ainda será possível um aprofundamento na relação entre adaptação de currículo para educandos com necessidades especiais e a inclusão educacional desses, tudo isso, será abordado nos tópicos abaixo, mediante revisão de literatura feita minuciosamente sobre o assunto pesquisado neste artigo.

De fato, um referencial teórico precisa de autores com propriedade no tema, para embasar melhor o estudo, dentre outros que foram escolhidos estão, José Gimeno Sacristán, um espanhol que viveu uma infância de muita privação econômica, pode ter sido fator importante na escolha das temáticas de suas obras, que são currículos escolares correlacionados com cultura e poder; também é mister citar o autor John Mcneil, que teve suas obras traduzidas por José Camilo, os escritos do autor foi muito embasador durante a investigação sobre tipos de currículos e as características de cada tipo, adiciona-se ainda documentos eletrônicos do próprio Ministério da Cultura e da Educação –MEC, lidos no portal textos que trataram sobre AEE e muito auxiliou na escrita deste capítulo.

2.1 DEFINIÇÕES SOBRE CURRÍCULO ESCOLAR

A priori, é interessante dizer que o currículo escolar, na maioria das vezes, não atende as especificidades dos alunos que apresentam necessidades educativas especiais, pois não são currículos funcionais, desta forma, é viável expor alguns conceitos que abordam o tema, o funcional, por exemplo, “[...] muitas vezes chamado de currículo funcional ecológico, pode ser definido como um meio que favorece a cada aluno o desenvolvimento de oportunidades para uma vida independente, com dignidade e baseado no ambiente natural do aluno” (Almeida, 2017, p. 4).

Outrossim, ele visa identificar e desenvolver habilidades visando aumentar as possibilidades da pessoa para participar na vida cotidiana seja na escola, no trabalho, nas atividades recreativas e na sociedade como um todo, enfim, não é pensado como um currículo adaptado, que faz uma análise menos discrepante que o funcional. O currículo adaptado para alunos com necessidades educativas especiais, diferente de um currículo funcional, visa adaptar o currículo acadêmico para os alunos que, por suas condições, físicas, cognitivas e sensoriais, não apresentam condições de acompanhar o currículo regular.

Desta feita, para Silva (1996, p. 23):

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais. (Silva, 1996 p. 23)

Sendo assim, é a partir destes conceitos que os profissionais da área ficam estimulados a escrever sobre o tema, e assim, poder contribuir mais com o processo educacional especialmente, quando se trata da educação inclusiva, pois há a possibilidade de adequar melhor as práticas educativas às necessidades do aluno com alguma especificidade educacional.

Segundo Moreira e Silva (1997, p. 28), “o currículo é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria prima de criação e recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”. Portanto, tem ação direta

ou indireta na formação e desenvolvimento do aluno. Assim, é fácil perceber que a ideologia, cultura e poder nele configurados são determinantes no resultado educacional que se produzirá, se transformará ou se manterá e consequentemente, essa ligação entre ideologia e cultura, propicia as mudanças sociais dos educandos.

É viável, ainda, enfatizar que o currículo estabelece e completa o elemento central do projeto político pedagógico, ele oportuniza o processo de ensino aprendizagem. Corroborando com este pensamento Sacristán (1999, p. 61) afirma que,

O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade explícita ao universo escolar e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições. (Sacristán 1999, p. 61)

Nesse prisma, é interessante expor a concepção de currículo dicionarizado, em seus polissêmicos sentidos que aponta,

Significado de Currículo

Substantivo masculino Documento com os dados pessoais, a formação escolar ou acadêmica, a experiência profissional ou os trabalhos prestados por quem pretende se candidatar a um emprego, cargo etc. [Por Extensão] Reunião das disciplinas de um curso: currículo de Letras. [Gramática] Forma aportuguesada da expressão latina: *curriculum vitae*. Etimologia (origem da palavra **currículo**). Do latim *curriculum vitae*. Substantivo masculino Desvio que se faz para encurtar um caminho; atalho. Ação de correr, de se movimentar rapidamente; corrida ou curso. Etimologia (origem da palavra **currículo**). Do latim Curriculum. (Dicio,2024, *online*)

Dessa maneira, o primeiro significado já traz a possibilidade do termo currículo ser construído ano após ano com a escolarização e a formação acadêmica sendo evidenciados, adiciona ainda a experiência profissional, demonstrando já, a não possibilidade de se ter um bom currículo nas entrelinhas do discurso, o cidadão sem uma boa base curricular no sentido de formação e experiência, neste sentido, já é excluído em sua mais tenra base mesmo para as pessoas sem nenhuma necessidade educacional, sobre essa expressão, é interessante expor que, assim, as manifestações de certas características,

peculiaridades ou diferenças individuais inspiraram a denominação corrente de “pessoas com necessidades especiais” para designar o que antes era concebido como grupos ou categorias de indivíduos excepcionais.

Neste contexto, a expressão “alunos ou crianças excepcionais” foi substituída por “crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais” e ratificadas internacionalmente na “Declaração de Salamanca” (Espanha, 1994). No Brasil, em 1986, o MEC já adotava esta designação que passou a figurar como “portadores de necessidades educacionais especiais-PNEE” na Política Nacional de Educação Especial (SEESP/MEC/1994), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) e, finalmente, nas diretrizes curriculares Nacionais para a educação especial (MEC/2001). Portanto, a nomenclatura está oficialmente aceita até que seja destituída pela hegemonia de uma nova concepção. (Saviani, 2008).

No segundo significado, o termo currículo também mostra a questão cultural e social sendo analisada pela educação brasileira para construir uma grade de um curso, ou seja, decidir o que ensinar a um público distinto, mostrando que a elaboração desse, é permeada por questões sociais e culturais, não é aleatória a escolha dos conteúdos, há uma lógica ou uma intenção acerca das decisões de quê e para quê ensinar, muitas vezes deixando uma outra questão um tanto quanto em abandono que é , para quem ensinar.

Indubitavelmente, o Plano Nacional de Educação – PNE mostra que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação (Brasil, 2014).

Portanto, é delicado tratar sobre currículo sem pensar na educação inclusiva eficaz e efetiva de maneira que todos e todas sejam contemplados, que tenham necessidades educacionais ou não, com uma formação que não torne a trajetória educacional que é o terceiro sentido do termo dicionarizado, mais excludente do que já é. Para complementar a análise sobre currículo e educação inclusiva é recomendado listar os diferentes tipos desses. Não esquecendo do pensamento de Llavador, (1994, p. 370), “a palavra currículo engana-nos porque nos faz pensar numa só coisa, quando se trata de muitas simultaneamente e todas elas interrelacionadas”.

Adiciona Goodson, (1995) o termo deriva de *currere* – correr, curso ou carro de corrida. Pode fazer referência à ordem como sequência e à ordem como estrutura.

Já que o termo é polissêmico, o próximo tópico tratará dos tipos de currículos para explicar melhor qual escolher em determinada situação pertinente ao alunado de AEE, por vez, só o conhecimento sobre um tema tão decisivo no âmbito educacional, poderá auxiliar a prática pedagógica dos alunos com deficiências.

2.1.2 Tipos de currículos

A rigor, algumas investigações feitas acerca do currículo datam das décadas de 60 a 70, nas quais foram evidenciadas a existência de mais de um tipo de currículo, por exemplo, o real, o oculto e o formal.

É observável que, estas classificações funcionam como parâmetro, capaz de diferenciar o grau de aprendizado do discente.

O currículo real é aquele que acontece na sala de aula convencional, com docentes e aprendentes, diariamente norteados de um Projeto Político Pedagógico (PPP) e do planejamento escolar de cada instituição.

Outro tipo de currículo é o oculto, ou seja, a denominação vem do fato da aprendizagem ser constituída também pelas influências externas que podem ser responsáveis pelo sucesso ou fracasso escolar do aluno e da metodologia dos professores. Está oculto porque não é visível no plano de aula, exemplos dessas influências são: o meio em que o aluno vive, o comportamento desse, como ele percebe o mundo e a própria existência nesse, enfim, elas estão presentes no escolar e no social.

Já o currículo formal, já vem pré-estabelecido pelos próprios sistemas de educação e ensino, podem ser visualizados nas diretrizes curriculares, um exemplo clássico desta percepção são os Parâmetros Curriculares Nacional – PCN (Moreira; Silva, 1997).

Assim, o currículo não é um elemento neutro de transmissão do conhecimento social. Ele está imbricado em relações de poder e é expressão do equilíbrio de interesses e forças que atuam no sistema educativo em um dado momento, tendo em seu conteúdo e formas, a opção historicamente configurada de um determinado meio cultural, social, político e econômico.

Ideologicamente, há outros tipos de currículos como o acadêmico, o tecnológico o humanista e o reconstrucionista social, fazendo a correlação com a maneira e o motivo de tornar a educação inclusiva, far-se-á um breve relato apenas dos dois últimos tipos citados anteriormente.

Conforme McNeil (2001), o reconstrucionismo comunga com a ideia que homem e mundo são concebidos de maneira interativa, assim, o homem precisa ter consciência do seu lugar no mundo, ser sujeito da sua própria história, para isso, no caso da sociedade brasileira, que para o autor é injusta e alienada, até se tornar protagonista da própria história, o ser humano, seja ele considerado normal ou com deficiência, passará por diversos conflitos até alcançar os seus objetivos, mas é um pensamento curricular libertador e inclusivo. “Esse compromisso com ideais de libertação e transformação social lhe imputa certas dificuldades em uma sociedade hegemônica e dominadora” (McNeil, 2001a, p. 22).

Enfaticamente, é possível dissertar sobre outro tipo de currículo pertinente a análise desse artigo, que trata da flexibilidade ou não dos currículos para educação especial, o humanista, que para (McNeil, 2001b, p. 35),

O currículo humanista tem como base teórica a tendência denominada Escola Nova e esta, defende que o currículo necessita levar em consideração a realidade dos alunos. Na ênfase humanista, segundo a atenção do conteúdo disciplinar se desloca para o indivíduo. O aluno é visto como um ser individual, dotado de uma identidade pessoal que precisa ser descoberta, construída e ensinada; e o currículo tem a função de propiciar experiências gratificantes, de modo a desenvolver sua consciência para a libertação e autorrealização. (McNeil, 2001b, p. 35)

Sendo assim, as duas últimas ideologias curriculares discutidas aqui, se adequam aos pensamentos inclusivos e libertadores, proporcionados pela educação.

O próximo subtópico abordará definições e observações sobre a AEE voltada para os pensamentos que acreditam na capacidade do homem conduzir seu próprio destino na direção desejada, e na formação de uma sociedade mais justa e com mais equidade.

2.2 DEFINIÇÕES E BASES LEGAIS SOBRE AEE

Em primeiro lugar é norteador descrever, contextualizar e refletir sobre a educação especial e inclusiva no cenário brasileiro, o que diz as bases legais sobre o assunto, como começou a história da AEE no Brasil e o que é aconselhável ser refletido, pelos profissionais da educação, a escola em geral e as famílias desse país.

Consideram-se serviços e recursos da educação especial àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares (Sartoretto, Sartoretto 2010).

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) reza que,

[...] por intermédio da Secretaria de Educação Especial, considerando a Constituição Federal de 1988, que estabelece o direito de todos a educação; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008; e o Decreto Legislativo nº 186, de julho de 2008, que ratifica a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), institui as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008.(MEC, 2008, np.).

Desta feita, a discussão sobre os direitos adquiridos das pessoas com deficiência, ganhou popularidade, desafiou todo o sistema educacional, que sempre teve diversos entraves sociais e econômicos e, de certa forma fortificou as pessoas que ainda estavam excluídas educacionalmente por peculiaridades diferentes das pessoas consideradas normais.

Ainda sobre a mesma fundamentação anterior é exposto que,

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a

sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (Brasil, 2007, p.1).

Partindo do pressuposto que, é desafiador recepcionar educandos com transtornos invasivos do desenvolvimento, as escolas enfrentam, partindo da presunção de promover adequações ambientais, curriculares e metodológicas, dificuldades que devem ser da responsabilidade de todos os sujeitos envolvidos nos ambientes educacionais (Battisti; Heck, 2015).

Nesse prisma, a escola tem um compromisso com o desenvolvimento dos sujeitos. Desta feita, os processos inclusivos vinculados a esses princípios, reside uma grande preocupação com a construção de materiais e a implementação de metodologias de ensino que venham a produzir uma aprendizagem individualizada, levando em consideração as necessidades específicas dos sujeitos, suas potencialidades e desafios. Porém, grande parte das discussões realizadas é centrada nas metodologias de ensino. A inclusão é tomada como algo natural, como se ela estivesse, desde sempre, aí no mundo (Hattge; Klaus, 2014).

Portanto, o sucesso da inclusão de um aluno no sistema educacional de forma exitosa, parte também da capacidade e criatividade do professor em que a busca por conhecimentos e ampliação de domínio nas aulas, isso, é fator decisivo que pode corresponder positivamente às diferentes necessidades e diversidades das crianças que precisam de atendimento especializado, sem minimizar o apoio da família e do trabalho colaborativo, para que enfim, elas sejam inclusas na sala de aula (FERREIRA, 2017).

É notório que, na prática, muito tem que ser (re)feito e (re)discutido sobre a temática educação especial e AEE, porém quando se tem uma base legal, um órgão para ser provocado e uma Lei a ser cobrada e usada em benefício do público-alvo da AEE, o desafio se torna ameno e as possibilidades de concretização dos direitos adquiridos, torna-se possível.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi permeada por revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa, o tipo foi descritiva e sua classificação é exploratória, quando é feita “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica” (Morosini e Fernandes, 2014, p. 155). a investigação é de natureza básica, porque sua finalidade é descrever as fundamentações que os autores apontam para a temática AEE sob à luz dos currículos escolares brasileiros.

A natureza dessa pesquisa é considerada uma investigação básica, pois tem o intuito de descrever as definições que os autores apresentam para os temas EA e IA. “Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (Gil, 2002 p. 17). Um estudo proveitoso dispõe de leituras aprofundadas para discutir sobre uma problemática construída com base em uma perturbação, dúvida ou curiosidade de interpretar e/ou analisar um serviço ou produto.

Foi dividido em cinco tópicos, que foram definindo, discutindo e analisando a AEE e as influências curriculares, foram feitas discussões dos achados bibliográficos, por fim, foi escrita a conclusão da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No decorrer da revisão bibliográfica, e analisando mais um documento que aborda o assunto: MEC/SEESP (2007), é nítido perceber que a teoria dissertada no texto no qual reafirma que o serviço do AEE é voltado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e poderá ser ofertado em classes, escolas ou serviços especializados.

Refletiu-se sobre os serviços educacionais especializados previstos em documentos legais podem ser complementar ou suplementar a escolarização dos mesmos matriculados em classes comuns de ensino regular, na polissemia da palavra currículo, o aumento de material investigativo e observou-se que não é bem assim na prática pedagógica, observa-se que muito precisa ser falado e sugerido em relação ao currículo adaptado para essa clientela, a inclusão realmente aconteceu, mas ainda há exclusão dentro da inclusão, é uma frase paradoxal, contudo, incluir não é simplesmente matricular uma pessoa na sala de aula regular e não integrá-la, fingir que está tudo certo, e que realmente o sujeito será capaz de ganhar autonomia, inclusive a financeira.

No entanto, a educação recebida e os sentidos do termo currículo discutido no tópico dois desta investigação, não estão se ajustando com os currículos escolares, esses, têm mesmo que alinhar os fatos, e não ser o mesmo para todos e todas, pois não vem surtindo resultado positivo como foi planejado, mas está lá nas bases legais, que tratam do assunto, o ideal é bem diferente do real.

Percebe-se durante a seletiva leitura durante a pesquisa, que os teóricos estão preocupados com o nível de ensino e de aprendizagem das pessoas com deficiência, alguns relatam que além dos currículos estarem estáticos, quando há material na sala de aprendizagem multifuncional, não há o profissional capacitado, estimulado e comprometido com o que faz, tornando assim todo o processo de educação especial e inclusiva, mais desafiadora do que aparenta ser, a escrita sobre o que há de novo e de adaptável nos planejamentos dos professores, é sugerida para ser um estudo continuado e interrompido, sempre com foco na boa qualidade do processo ensino e aprendizagem das pessoas com deficiências, evidenciando resultados obtidos através de estudo de caso, entrevista, aplicação de questionários, entre outros métodos, que possam afirmar e negar hipóteses levantados durante toda execução deste artigo.

5 CONCLUSÕES

Notoriamente, o contexto histórico do currículo e do pensamento pedagógico brasileiro evidenciou que ambos estão permeados de ideologias, valores agregados e entendimentos diferenciados em relação ao processo educacional.

A pesquisa foi exitosa em relação aos objetivos traçados, foi possível durante a produção intelectual do trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ampliar os conhecimentos sobre o termo currículo, a influência que cada tipo faz durante o processo educacional das pessoas com deficiência, houve uma contextualização do tema, resgatando um pouco da história da AEE, houve algumas conclusões tiradas dentro dos próprios tópicos, como a que o ideal (documentos oficiais sobre educação especializada inclusiva) não é o real, ainda há profissionais que não acreditam no que fazem, sem capacitação profissional.

É mister também, concluir que, apesar das dificuldades, novas pesquisas acerca do tema currículo e AEE, correlacionados com o bom desempenho da prática pedagógica e do protagonismo social do educando, têm várias chances de poder ajudar a melhorar a atual realidade.

Portanto, embasada por McNeil (2001b) fica a premissa que a educação é um meio de liberação, cujos processos, conduzidos pelos próprios alunos, estão relacionados aos ideais de crescimento, integridade e autonomia, tudo isso, é mais realizável quando se pensa um currículo adequado, adaptável e viável nos sistemas de ensino para pessoas com deficiência, presentes nas práticas pedagógicas brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marina S. R. Currículo adaptado para alunos com necessidades educativas especiais. Instituto inclusão Brasil. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.

CURRÍCULO in. : Dicio, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/currículo/>. Acesso em: 27/06/2024.

FERREIRA, Vitor Henrique Paro. A educação no Plano Nacional de Educação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

FONSECA, M. V. *et al* Panorama da produção brasileira em história do currículo e das disciplinas acadêmicas e escolares (2000-2010): entre a história da educação e a sociologia do currículo. Revista Brasileira de História da Educação, [s. l.], v. 13, n. 1 (31), p. 193-226, 2013. <http://dx.doi.org/10.4322/rbhe.2013.019>.

GIL. A. C. Como elaborar projeto de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2007.

HATTGE, Morgana Domênica; KLAUS, Viviane. A Importância da Pedagogia nos Processos Inclusivos. Revista Educação. Especial | v. 27 | n. 49 | p. 327-340| maio/ago. 2014 Santa Maria.

LLAVADOR, F. Beltrán. Las determinaciones y el cambio del currículo. In: ANGULO, José Félix; BLANCO, Nieves (Coord.). Teoría y desarrollo del currículo. Málaga: Ediciones Aljibe, 1994. p. 369-383.

MCNEIL, John. O currículo reconstrucionista social. Tradução de José Camilo dos Santos Filho. Campinas: editora, 2001a.

_____. O currículo humanístico. Tradução de José Camilo dos Santos Filho. Campinas: editora, 2001b.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). Currículo, cultura e sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES C. M. B.. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v.5, n. 2, 2014. Disponível em: . Acesso em: 01 set. 2023.

SACRISTAN, J. Gimeno. Poderes instáveis em educação. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SARTORETTO, Mara Lúcia; SARTORETTO Rui. Atendimento educacional especializado e laboratórios de aprendizagem: O QUE SÃO E A QUEM SE DESTINAM. Disponível em: https://assistiva.com.br/AEE_Laborat%C3%B3rios.pdf Acesso em 01/06/2024.

SAVIANI D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 10a ed. Campinas: Autores Associados; 2008.